

MINISTÉRIO PÚBLICO

Gasto de R\$ 8 milhões com férias

JUSSARA MARTINS - 30/12/2010

Esse é valor liberado para o pagamento de férias não cumpridas por promotores e procuradores de Justiça em 2010

Pedro Callegario

O Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) gastou R\$ 8 milhões em 2010 com indenização por férias não cumpridas de promotores e procuradores de Justiça.

Assim como os magistrados, os 320 membros do Ministério Público também possuem o direito de ter 60 dias de férias por ano. O valor gasto com o benefício equivale a 12.861 salários mínimos, fixado atualmente em R\$ 622.

Os salários no órgão variam de R\$ 19,2 mil a R\$ 26,7 mil.

O procurador-geral de Justiça, Fernando Zardini, que forneceu as informações, explicou que o pagamento do benefício segue o que determina as Leis Complementares estaduais 95/97 e 231/2002, além da Resolução 9 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e de decisão judicial.

O pagamento foi feito aos membros que estavam com mais de 60 dias de férias não gozadas por necessidade de serviço.

Segundo Zardini, os R\$ 8 milhões foram gastos em 2010 de

acordo com disponibilidade orçamentária. Outros R\$ 21 milhões foram devolvidos ao governo.

“Temos no momento quase 165 vagas abertas. Existe uma defasagem grande e não podemos dar férias a todos ao mesmo tempo”, disse. No ano passado, não houve disponibilidade para o pagamento.

O MP entrou com uma ação judicial contestando o pagamento de cerca de R\$ 1 milhão por indenização de férias não tiradas a sete conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, em 2006.

A reportagem solicitou o valor do benefício pago no ano passado ao Tribunal de Contas, mas o presidente Carlos Ranna disse que os números serão apresentados hoje.

Ele explicou que a resolução editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no ano passado, normatizou o pagamento e que ele se dá no órgão por conta de dois membros estarem afastados judicialmente — Marcos Madureira e Valci Ferreira. Já o Tribunal de Justiça informou que o levantamento deve ser concluído hoje.

OS NÚMEROS

165 vagas
estão abertas no MP

R\$ 26,7 mil
é o salário máximo pago



FERNANDO ZARDINI: “Existe uma defasagem grande e não podemos dar férias a todos ao mesmo tempo”

ENTENDA O CASO

Benefício foi convertido em dinheiro

Ministério Público

> AS LEIS Complementares Estaduais 95/97 e 231/2002, assim como a Resolução 9 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), determinam o pagamento de indenização aos membros do órgão quando ficaram com mais de 60 dias de férias a

cumprir, por necessidade de serviço. É preciso ter autorização do procurador-geral de Justiça para que o pagamento seja feito.

Judiciário

> JÁ NO JUDICIÁRIO e no Tribunal de Contas, o Conselho Nacional de Jus-

tiça (CNJ) normatizou o assunto com a Resolução 133 de 2011. Ele equiparou o benefício ao Ministério Público. Em 2006 uma outra resolução chegou a ser editada, mas foi revogada posteriormente.

Fontes: MP-ES, CNJ e TC-ES.

Janete toma posse como secretária terça

A ex-deputada Janete de Sá (PMN) assume o comando da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda da Serra na próxima terça-feira.

A sua nomeação foi assinada pelo prefeito Sérgio Vidigal (PDT) na última sexta-feira.

Porém, na terça, o prefeito, através da sua assessoria, informou que ainda não havia um convite oficial para Janete assumir a pasta. A ex-deputada disse que vai seguir

esta semana conversando com membros do seu partido para explicar a adesão do PMN à administração de Vidigal e os benefícios que isso pode trazer para a sigla.

O presidente municipal do PMN da Serra, Jorge Euclides, disse que vai deixar o comando da sigla por não concordar com essa adesão e por ter proximidade com o deputado federal Audifax Barcelos (PSB). “Faço política com o coração, e o meu coração é Audifax.”

Deputados reclamam pelo 2º dia de vetos do governo

JUSSARA MARTINS - 03/05/2010



MARCELO SANTOS lamentou veto

Deputados estaduais voltaram a reclamar, na sessão de ontem, de vetos do governo do Estado a projetos dos parlamentares.

Após veto a um projeto do deputado Roberto Carlos (PT), que reserva cadeiras em shoppings para idosos e gestantes, José Esmeraldo (PR) reclamou que projetos aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça não passam pelo crivo da Procuradoria Geral do Esta-

do (PGE). Ele criticou também que os vetos não foram comunicados com antecedência.

O deputado Marcelo Santos também foi à tribuna: “Lamento que vetem uma matéria tão importante como essa”, em referência ao projeto de Roberto Carlos. O líder do governo, Marcelo Coelho (PDT), disse que todas as decisões foram baseadas em juristas renomados. “Nós temos dialogado com todos.”

GIRO RÁPIDO

Mantidas condenações de Gentil Ruy e Bené

Acusados de apropriação indébita, Gentil Ruy, cunhado e ex-chefe de gabinete do governador José Ignacio Ferreira, e Raimundo Benedito de Souza, o Bené, tesoureiro de campanha, tiveram a condenação de nove anos de prisão mantida pela 2ª Câmara Criminal.

Outras sete pessoas foram condenadas no mesmo caso por desvio de verbas públicas para pagamento de dívidas de campanha.

Pedido afastamento de vereador do Norte

O Ministério Público Estadual (MP-ES) encaminha hoje pedido de abertura de inquérito na Câmara de São Mateus para investigar possível quebra de decoro do vereador Florisvaldo Souza Freitas (PHS), o Alvarenga, preso na terça-feira por venda irregular de lotes em Guriri.

O MP-ES também pedirá o afastamento do vereador de suas funções.



ALVARENGA foi preso na terça

Dois secretários pedem demissão em Fundão

Os secretários da Prefeitura de Fundão Nilton Beline, de Obras, e Eduardo Cruz, de Recursos Humanos, pediram exoneração dos seus cargos em protesto ao afastamento do prefeito interino Anderson Pedroni (PCdoB), na última terça-feira.

Eles não compareceram à reunião convocada pelo atual prefeito Claydson Pimentel (PSB) com o secretariado, na tarde de ontem.

Guarapari discute salário de vereadores

A Câmara de Guarapari convidou a população para discutir o aumento salarial dos vereadores, em 148%, aprovado no fim do ano passado (de R\$ 3,6 mil para R\$ 8,9 mil).

A audiência acontece hoje, na Câmara, a partir das 18h, e, de acordo com o presidente da Casa, José Raimundo Dantas (PRP), vai servir para ouvir a população sobre o aumento. Depois, o reajuste volta à pauta para votação.